

região
Setúbal

CDU

**FUTURO DE
CONFIANÇA**

**Compromisso
Eleitoral Regional**

PCP-PEV



CDU COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA

trabalho · honestidade · competência

Compromisso Eleitoral Regional da CDU para o mandato Autárquico de 2021/2025

A CDU - Coligação Democrática Unitária é a força política que melhor conhece a Região de Setúbal, bem como os problemas e aspirações das populações que aqui vivem e trabalham, pois a participação das populações é um dos elementos centrais do Projecto Autárquico e da prática política das forças que compõem a CDU e dos seus eleitos.

As Eleições Autárquicas para o mandato de 2021/2025 decorrem num momento particularmente difícil para as populações da Região, do País e do Mundo, devido à situação pandémica e às suas consequências de saúde, sociais e económicas.

Estamos convictos que o Poder Local Democrático na nossa região desempenha um papel determinante no seu desenvolvimento, agregando dinâmicas, criando soluções e reivindicando medidas junto do Governo, com o objetivo de elevar a qualidade de vida das populações.

Apesar do atual mandato autárquico ter sido marcado pela perpetuação do desinvestimento do poder central na região, pela implementação abrupta do processo de transferência de competências para as autarquias, que mais não é que um novo patamar do desinvestimento do Estado nas funções sociais que a Constituição da República lhe atribui, ou pela utilização dos fundos comunitários como estratégia de condicionamento dos Municípios para uma assunção precipitada de competências que são da Administração Central, as Autarquias de Maioria CDU e todos os Eleitos da CDU, com o seu trabalho, honestidade e competência, e com dinâmicas específicas decorrentes da situação atual, souberam honrar o seu compromisso de proximidade com as populações e de construção de uma Região com Futuro!

Este mandato continua também marcado pela ausência da criação das Regiões Administrativas, pela recusa de transformar a Área Metropolitana de Lisboa numa verdadeira autarquia metropolitana, com órgãos democraticamente eleitos e pelo

adiamento da reposição das Freguesias roubadas às populações.

O nosso projecto autárquico integra uma perspectiva de desenvolvimento regional que valoriza os recursos da Região: que amplia o sector produtivo, na indústria, nas pescas, na agricultura, na agro-pecuária; que promove o património natural e cultural como factor de desenvolvimento, mas igualmente como elemento central da qualidade de vida na região; que potencia as infraestruturas de conectividade existentes e a criar, conferindo à Península condições excepcionais para se afirmar como grande plataforma logística nacional e internacional.

Os elevados níveis de qualidade de vida, indissociáveis do papel do poder local democrático dinamizado pela CDU, nomeadamente nos planos ambiental, social, associativo, desportivo, cultural, educativo, de ordenamento do território, de um elevado grau de cobertura de infraestruturas básicas, são uma base sólida para promover o desenvolvimento

económico e social da Península de Setúbal.

A CDU defende a concretização de um conjunto de investimentos estruturais na Região, necessários para implementar uma estratégia de desenvolvimento integrado, conjugados com o reforço dos serviços públicos e com a valorização do papel das autarquias, municípios e freguesias, conferindo-lhe mais meios e autonomia.

Reafirmamos como objetivo o reforço da votação da CDU em todos os órgãos autárquicos, com mais votos e mais mandatos, enquanto garante da qualidade de vida das populações, da defesa dos direitos dos trabalhadores e do desenvolvimento e progresso da Região de Setúbal, assim destacamos como eixos centrais para o mandato autárquico de 2021/2025:

- O desenvolvimento e a consolidação de uma visão regional, para a qual a Associação de Municípios da Região de Setúbal tem contribuído com um papel único de mobilização dos actores regionais, estabelecendo e dinamizando ligações entre autarquias, o sector empresarial, a pluralidade de instituições sociais, agentes culturais, e outros.

A CDU pretende que a AMRS continue a ser um instrumento importante para a coesão das políticas autárquicas na Região e seja uma voz activa propondo e exigindo respostas às necessidades e aspirações das populações da Península de Setúbal.

O desenvolvimento da Região de Setúbal é indissociável da concretização de investimentos públicos e de opções de ordenamento que permitam a expansão da estrutura industrial e a diversificação do tecido económico, dotando a região de uma maior capacidade produtiva, harmonizando este objetivo com a melhoria a qualidade de vida das populações, a defesa do património ambiental existente, a criação de emprego

com direitos e o aumento geral dos salários.

É preciso, em particular, desenvolver os sectores produtivos da economia regional, invertendo décadas de política de direita que arrasou a agricultura, as pescas e a indústria, propagandeando que a modernidade era um país de serviços e turismo.

É com esta visão de que o desenvolvimento da região corresponde a um desígnio nacional e contribuirá para o desenvolvimento do país que a CDU insiste na necessidade de a Península de Setúbal não ser prejudicada no acesso a Fundos que possam impulsionar os níveis de desenvolvimento pretendidos.

- Reposição da NUT III Península de Setúbal e Plano Estratégico de Desenvolvimento da Península de Setúbal. É necessário que o Governo olhe atentamente para as propostas da própria região, das autarquias e demais agentes regionais, olhe para os planos de desenvolvimento estratégico elaborados e consensualizados, olhem para as propostas das autarquias locais e de forma integrada estabeleçam um plano de ação, com um cronograma e plano de financiamento associado à sua execução.

- A defesa do direito à habitação condigna, através da concretização de programas nacionais que, em articulação com as autarquias locais, garantam o fim da especulação imobiliária, que garantam a todos o acesso à habitação.

- A defesa da gestão pública da água. O acesso à água potável e ao saneamento de águas residuais são direitos humanos que, como tal, devem ser geridos em função do interesse público e não de estarem submetidos ao interesse privado, nesse sentido continuaremos a afirmar a importância da gestão municipal dos sistemas em baixa de abastecimento de água, bem como a importância da concretização da criação do Sistema

Intermunicipal de Água da Região de Setúbal, que se encontra em curso, através da AIA – Associação Intermunicipal de Abastecimento de Água da Região de Setúbal.

- **A valorização do enorme esforço feito pelos municípios, em matéria de saneamento, no desenvolvimento dos sistemas de saneamento de águas residuais**, quer nos sistemas em baixa, geridos diretamente pelos municípios, quer no sistema em alta, gerido pela SIMARSUL, mas pago pelos munícipes. Este sistema multimunicipal deve, em nossa opinião, ser transformado numa parceria pública entre municípios e o Estado, através da Águas de Portugal, onde a relação entre as entidades envolvidas reflita de forma inequívoca a existência de partes iguais, dando aos municípios reais garantias de defesa do sistema face a eventuais processos de privatizações ou da sua transformação de forma unilateral por vontade de um qualquer governo.

- **A reversão da privatização e a retoma da gestão pública do tratamento de resíduos é um objetivo estruturante.** A privatização da EGF, parceira dos municípios na AMARSUL, transformando esta empresa multimunicipal numa empresa privada, revelou-se desastrosa, o serviço prestado ficou a ser determinado por interesses privados, os resultados da empresa foram distribuídos pelos acionistas contra a vontade dos municípios, o serviço degradou-se, as condições de trabalho na empresa tornaram-se mais difíceis.

- **A defesa da autonomia do poder local democrático em matéria ambiental**, rejeitando as lógicas utilizador/pagador que levam à aplicação pelo Governo de taxas inseridas na fatura da água, como a Taxa de Recursos Hídricos ou a Taxa de Gestão de Resíduos, cujas receitas são aplicadas sem critérios definidos e de forma absolutamente discricionária.

- **A reposição das freguesias extintas** é fundamental para a proximidade da administração pública das populações.

- **A contribuição para uma educação integral dos indivíduos, no quadro de competências das autarquias, através da universalização da oferta pública da rede de educação pré-escolar**, garantindo a universalidade da frequência a partir dos 3 anos, articulada com a rede escolar do 1º ciclo e com o fim dos turnos duplos; reivindicando a criação de uma Carta Educativa Nacional, e de planos de financiamento nacional e comunitário que tenham em conta as necessidades existentes; dando firme combate ao processo de transferência de competências e defendendo a escola pública.

- **A promoção do acesso à fruição cultural e à livre criação artística**, procedendo à democratização da cultura, construindo programas de animação cultural, apoiando os agentes culturais da região, bem como o movimento associativo popular;

- **A potenciação do estudo, a conservação e divulgação do património cultural e ambiental** da região, nomeadamente através da candidatura da Arrábida a Reserva Natural da Biosfera da UNESCO;

- **Prosseguir e aprofundar as políticas locais de integração das comunidades migrantes** e combater todas as formas de discriminação e exclusão e reivindicar políticas nacionais nesse sentido;

- **O desenvolvimento de políticas transversais especialmente dirigidas à juventude** que estimulem a sua autonomia e participação, nomeadamente através do apoio ao movimento associativo juvenil, formal e não formal, e, contribuindo para a dinamização do Festival Liberdade, enquanto espaço coletivo de valorização da participação juvenil e dos direitos dos jovens.

- **A generalização e democratização da prática da cultura física e do desporto** para todos, apoiando o movimento associativo desportivo e desenvolvendo a rede de equipamentos desportivos municipais.

- **A exigência de uma política de saúde pública**, através do reforço e ampliação dos cuidados de saúde primária, nomeadamente a construção dos centros de saúde em falta, do Hospital no Seixal, do Hospital Montijo/Alcochete e da modernização e requalificação dos hospitais existentes e da reposição das valências hospitalares extintas, bem como do reforço de maios técnicos e humanos do Serviço Nacional de Saúde (SNS).

- **O reforço do apoio e o aprofundamento da cooperação com as colectividades e associações**, incentivando a sua capacidade realizadora, nomeadamente, ao nível cultural, recreativo e desportivo. Este é um movimento que assume grande importância social e política na região, sendo um espaço de democracia participativa e de consciencialização social e política, escola de formação e participação colectiva, envolvendo dezenas de milhares de associados e milhares de dirigentes.

- **O incentivo e apoio ao funcionamento dos corpos de bombeiros**, intervindo junto da administração central reivindicando a adopção de um regime de financiamento das entidades detentoras dos Corpos de Bombeiros, que tenha por base uma caracterização de risco das respectivas áreas de actuação e a afectação dos meios necessários ao cumprimento da sua missão.

- **A defesa de uma política de segurança pública de proximidade** com a abertura de esquadras e postos próximos dos cidadãos e reabertura dos encerrados, acompanhada do necessário reforço dos meios humanos e técnicos necessários ao prosseguimento desta política.

- **A defesa de um aumento significativo da oferta em todos os modos de transporte** reforçando o seu financiamento com verbas provenientes do Orçamento de Estado, valorizando **o passe social intermodal**, válido em todos os operadores e em toda a Área Metropolitana, com uma substancial redução do preço, que foi um enorme avanço na mobilidade em toda área metropolitana.

Que o serviço ferroviário da Linha do Sado efectuada pela CP seja reforçado com mais material ferroviário de modo a garantir a regularidade do serviço e o aumento da oferta, e electrificados os 300 metros do ramal ferroviário, de forma a garantir um polo ferroviário no Barreiro com todas as capacidades de reparação, manutenção e construção, e que o serviço entre Lisboa e Setúbal pela Ponte 25 Abril efectuada pela Fertagus seja reforçado nas horas de ponta e seja prolongado em Setúbal até às Praias do Sado, e em Lisboa até á estação do Oriente.

Que o transporte rodoviário de passageiros seja reforçado substancialmente na oferta nomeadamente nos concursos para concessão de transporte rodoviário de passageiros e reposta a oferta cortada. e colocados ao serviço de imediato os autocarros adquiridos pela AML para a Carris metropolitana.

Que no transporte fluvial seja reposta a oferta e lançada uma nova carreira da Transtejo e Soflusa, integrada no passe social intermodal, que faça a ligação entre Almada, Seixal e Barreiro. Relativamente à circulação fluvial entre Setúbal e Tróia é urgente a sua integração no passe social intermodal.

Expandir a rede de metro ligeiro do sul do Tejo de Corroios ao Seixal, Barreiro, Moita, Montijo e Alcochete, e do Monte da Caparica até à Costa da Caparica.

Melhorar as acessibilidades rodoviárias e abolir as portagens no interior da área metropolitana.

- **A construção da Terceira Travessia do Tejo** com capacidade rodo-ferroviária é uma medida estrutural para o desenvolvimento da Península de Setúbal e para o pleno aproveitamento e potenciação do aparelho produtivo existente, bem como, para a melhoria da oferta de transporte público de passageiros e de mercadorias e bens.

- **A construção do Novo Aeroporto Lisboa no Campo de Tiro de Alcochete**, faseada, é a única opção que dota o País com uma solução com futuro, que permite, em simultâneo, a construção progressiva da nova infra-estrutura aeroportuária e a progressiva desactivação do Aeroporto da Portela/Humberto Delgado.

- **Desenvolver a atividade portuária** com a ampliação e qualificação do Porto de Setúbal, respeitando as atividades tradicionais e os valores ambientais e a requalificação e modernização do Porto de Lisboa, em especial na margem sul do Tejo.

- **A defesa da modernização das infraestruturas dos parques industriais e logísticos**, bem como a construção e instalação na península de setúbal do Mercado Abastecedor de Setúbal.

- **A valorização dos Serviços Públicos** que garanta o acesso dos portugueses a direitos fundamentais e para um País mais coeso e desenvolvido, combatendo a exclusão social e promovendo a igualdade de oportunidades e a justiça social. Tal impõe, a par da definição dos meios associados a investimentos públicos por parte da administração central, a reposição dos serviços encerrados, nomeadamente, dos postos e estações correios, tribunais, serviços de finanças e da segurança social. Considera-se que a concretização do processo da regionalização é um elemento central para o aprofundamento da democracia e para uma efectiva

descentralização e desenvolvimento regional.

- **A valorização do trabalho e dos trabalhadores**, intervindo no sentido de verem as suas profissões, carreiras e salários valorizados, anulados os constrangimentos existentes ao reconhecimento dos seus direitos, nomeadamente: o não reconhecimento, no suplemento de penosidade e insalubridade do risco existente nas suas profissões, bem como a ampliação das funções abrangidas; a revogação do actual sistema de avaliação em vigor; a revisão a tabela remuneratória única. É necessário promover a formação profissional e melhorar as condições de trabalho e de higiene saúde e segurança no trabalho, respeitar os seus direitos individuais e colectivos, incluindo o respeito integral dos ACEP, a opção gestionária como elemento central de incentivo à sua participação, considerando as suas opiniões e propostas para melhorar o serviço público que prestam às populações.

É tempo de se fazer o que precisa de ser feito, investir no potencial existente na península. Fazê-lo tendo como preocupações o interesse nacional e a resolução dos problemas e constrangimentos existentes, que impedem o nosso desenvolvimento e o aumento da nossa capacidade produtiva, o bem-estar e a melhoria das condições de vida das populações da região e do seu contributo para o desenvolvimento nacional.



AUTARQUIAS *2021*

FUTURO DE
CONFIANÇA

*trabalho
honestidade
competência*